



## VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENSINO DA MATEMÁTICA

ULBRA – Canoas – Rio Grande do Sul – Brasil.

04, 05, 06 e 07 de outubro de 2017

### ASPECTOS HISTÓRICOS DO(S) OBJETIVO(S) DO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL (1890-1930)

Enoque da Silva Reis<sup>1</sup>

Janielly Taila dos Santos Verbisck<sup>2</sup>

#### História da Matemática, História da Educação Matemática e Cultura

##### Resumo

Este artigo tem como pretensão levar o leitor a refletir a respeito dos objetivos do ensino secundário no território brasileiro, entre os anos de 1890 e 1930. Tal objetivo de nenhuma forma pretende enulcar aqueles que o ler o pensamento de que tais levantamentos históricos de alguma forma podem predizer o futuro ou até mesmo melhora-lo. Nossa humilde intenção se baseia apenas em trazer elementos para conhecimento e reflexão de fatos vividos, e assim termos ferramentas que possibilitem entendermos os efeitos das ações já realizadas. Este trabalho esta diretamente vinculado ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História da Educação Matemática Escolar (GEPHEME) e utiliza como referencial teórico e metodológico os escritos de Marc Bloch (2001; 2002) e Le Goff (1999; 2003) juntamente com as ideias de André Chervel(1990) referentes a Disciplinas Escolares. Pode-se observar que no período em que propomos nosso estudo, foram realizadas seis reformas educacionais no ensino secundário brasileiro, ficou evidente as mudanças ocorridas no decorrer da educação secundária, em certo período com objetivo claro voltado a uma preparação aos estudos posteriores, em outros uma preparação a educação profissional e também como uma preparação para plena participação na sociedade. Em ambas as reformas a presença da disciplina escolar de Matemática foi confirmada em alguns casos com carga horária maior que em outros.

**Palavras-chave:** História da Educação Matemática. Reformas Educacionais. Ensino Secundário. Disciplina Escolar.

#### PRIMEIRA PALAVRAS

Inicialmente, destacamos que a temática em questão é a História da Educação Matemática Brasileira, no qual temos como principal fonte as reformas educacionais promulgadas nas quatro primeiras décadas de república brasileira.

Já se sabe que a História é incapaz de prever e de predizer o futuro, estamos então corroborando com o dito popular que diz “o futuro a Deus pertence”, em outras palavras, podemos enfatizar que o estudo do passado vem como uma ferramenta para o conhecimento de fatos vividos, não com o intuito de prever os fatos futuros, e

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação Matemática pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Professor efetivo na Universidade Federal de Rondônia (Unir). enoque.reis@unir.br

<sup>2</sup> Mestranda em Educação Matemática pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). janielly.verbisck@gmail.com

sim, para entendermos os efeitos das ações já realizadas. É justamente com este intuito que propomos esta pesquisa, ou seja, de forma que possamos compreender melhor o objetivo do ensino secundário no território brasileiro.

Justificamos a escolha do tema baseando-nos na necessidade de desvelarmos o processo de ensino a partir das reformas educacionais assim como da ação das instituições de ensino precursoras no Brasil. Tal estudo pode contribuir com o esclarecimento da realidade escolar e também com uma história das instituições de ensino e pesquisa no Brasil, assim como, para fornecer elementos de discussão acerca dos objetivos da educação brasileira.

### **UM BREVE DIÁLOGO TEÓRICO: MARC BLOCH, JACQUES LE GOFF E ANDRÉ CHERVEL**

Ao propormos uma pesquisa voltada a História da Matemática Escolar, devemos inicialmente destacar o que estamos entendendo por esses dois termos: o primeiro, História e o segundo, Matemática Escolar. Cabe então, nesse momento, explicitar a respeito do termo História. Recorro, então, aos escritos de Marc Bloch<sup>3</sup> e Jacques Le Goff<sup>4</sup>, ambos pertencentes a Escola dos *Annales*<sup>5</sup>. Denotamos História por uma significação ampla, ou seja, uma “pesquisa” voltada ao indivíduo ou a sociedade, para a descrição das crises momentâneas ou até mesmo em busca de elementos mais duradouros (BLOCH, 2001). Em complemento, de acordo com Le Goff (2003), carrega em si seis tipos de problemas. São eles: 1) Que relações existem entre a história vivida, e a história “natural”; 2) Que relações tem a História com o tempo, tanto com o tempo natural quanto com o tempo vivido; 3) Qual o relacionamento da dialética entre o passado e o presente; 4) A História é incapaz de prever e predizer o futuro; 5) A duração do tempo ou periodização; e 6) História dos homens na sociedade.

Logo, na intenção de nos apropriarmos do termo História, consideramos que é de suma importância uma discussão acerca destes seis problemas que Le Goff (2003) enuncia, no entanto, por motivo de espaço não o faremos neste trabalho,

---

<sup>3</sup> **Marc Léopold Benjamim Bloch** (1886-1944), renomado historiador francês, especialista em história medieval, e um dos fundadores da Revista *Annales de Histoire économique et sociale* (1929-1938).

<sup>4</sup> **Jacques Le Goff** (1924 - 2014) Especialista em Idade Média. Ligado ao movimento da Escola dos *Annales*. Com um total de 40 obras publicadas, é considerado um dos pais do chamado movimento da "Nova História".

<sup>5</sup> **A Escola dos Annales** foi um movimento de renovação da historiografia iniciado na França do final da década de 1920.

mas enfatizamos ao leitor que faça uma leitura dos mesmos, de forma a ter uma melhor compreensão.

Assim, para que possamos minimizar quaisquer dúvidas quanto a utilização do termo História, recorri as palavras de G. Monod *apud* Marc Bloch (2001, p.52) que utilizaremos em nosso caminhar.

Ocupamo-nos ao mesmo tempo do estudo do homem individual, e isso será a filosofia, e do estudo do homem social, e isso será a história. Convém acrescentar que Fustel, mais tarde, disse isso numa fórmula mais sintética e carregada, cujo desenvolvimento que acabamos de ler não é senão, em suma, um comentário: 'A história não é a acumulação dos acontecimentos, de qualquer natureza, que se tenham produzido no passado. Ela é a ciência das sociedades humanas. Mas isso talvez seja, veremos adiante, reduzir em excesso, na história, a parte do indivíduo; o homem em sociedade e as sociedades não são duas noções exatamente equivalentes'.

Diante deste entendimento, passamos então ao da Matemática Escolar afim de complementar nosso discurso teórico metodológico.

## **MATEMÁTICA ESCOLAR**

Com a finalidade de nos apropriarmos do termo Matemática Escolar, acreditamos que se faz necessário o entendimento dos seguintes termos: Disciplina Escolar e Saberes Escolares. Recorremos, além de André Chervel<sup>6</sup>, ao autor Wagner Valente<sup>7</sup>, proporcionando suporte a esta escrita.

Nos remetendo ao termo Disciplina Escolar, tentaremos construir uma visão epistemológica do mesmo para que possamos nos apropriarmos da forma mais completa possível deste entendimento. Tal palavra como conhecemos hoje é uma criação o tanto quanto recente. Por exemplo, na França só é registrada após a Primeira Guerra Mundial, mas guarda a ideia de sua origem: disciplinar, ordenar, controlar. Na sua utilização escolar, o termo disciplina assim como a expressão

---

<sup>6</sup> **André Chervel** Considerado como pioneiro do campo de pesquisa denominado "história das disciplinas escolares". É pesquisador do Service d'histoire d l'Education – Institut National de Recherche Pédagogique situado em Paris na França.

<sup>7</sup> **Wagner Rodrigues Valente** - possui graduação em Engenharia (Escola Politécnica) pela Universidade de São Paulo (1979) e Pedagogia pela Universidade Santa Cecília dos Bandeirantes (1987), mestrado em Educação: História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1991) e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo/ INRP- Paris (1997). Pós-Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999). Livre Docente no Departamento de Educação da Universidade Federal de São Paulo (2010).

disciplina escolar até o fim do século XIX eram associados não mais que a vigilância dos estabelecimentos, a repressão das condutas prejudiciais à boa ordem. No sentido que nos interessa neste trabalho, ou seja, “conteúdo”, o termo está ausente de todos os dicionários do século XIX.

Durante os primeiros decênios do século XX, ressurgiu o termo disciplina em seu novo sentido, com um empréstimo do latim *disciplina*, que designa “a instrução que o aluno recebe do seu mestre”. Pode-se observar que esta nova concepção da expressão foi caracterizada por uma corrente pedagógica durante a segunda metade do século XIX, diretamente ligada a renovação das finalidades do ensino secundário assim como do ensino primário. Temos, nas palavras de Michel Bréal *apud* Chervel (1990. p.179), “Deseja-se de agora em diante disciplinar: Disciplinar a inteligência das crianças, isto constitui o objeto de uma ciência especial que se chama pedagogia”. Neste caso, observo o termo disciplina na concepção de disciplinar a inteligência dos alunos, em outras palavras, seu novo sentido está ligado a exercícios intelectuais.

O termo Disciplina Escolar só passa a ter significado que neste trabalho nos interessa nos primeiros anos do século XX, ou seja, nas palavras de Chervel:

Com ele, os conteúdos de ensino são concebidos como entidades *sui generis*, próprios da classe escolar, independentes, numa certa medida, de toda realidade cultural exterior à escola, e desfrutando de uma organização, de uma economia interna e de uma eficácia que elas não parecem dever a nada além delas mesmas, quer dizer à sua própria história. Além do mais, não tendo sido rompido o contato com o verbo disciplinar, o valor forte do termo está sempre disponível. Uma “disciplina”, é igualmente, para nós, em qualquer campo que se a encontre, um modo de disciplinar o espírito, quer dizer de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte. (CHERVEL, 1990, p.180)

Certamente o leitor nesse momento deva estar se perguntado: qual o papel destes pesquisadores nessa referida pesquisa? E rapidamente se surpreende fazendo a ligação com o papel de um historiador, nesse caso particular de um historiador da Matemática Escolar.

Assim sendo, nas palavras de Valente temos:

[...] parece-nos possível dizer, a partir da história das disciplinas, que o trabalho do historiador da Matemática Escolar se dá no intra-muros da história da ambiência educativa. Envolvido com todo tipo de documentação escolar acumulada ao longo do tempo, o historiador tem por tarefa elaborar

a narrativa que explicita a produção da matemática para o ensino elementar historicamente secretada pela escola.. (VALENTE, 1999, p.80)

Dessa forma, pode-se observar que nossos estudos permeiam os intramuros da história educativa no Brasil, em particular com olhares voltados ao ensino secundário.

### **CULTURA, CULTURA ESCOLAR (CHERVEL, 1990)**

Ao referir-se ao termo Cultura, deve-se observar que o mesmo carrega em si uma gama de sentidos e definições. Sendo assim, trazemos seu significado genérico e seu sentido na Língua Latina, no entanto, não podemos deixar de lembrar a existência de sua definição em ciências sociais, sua caracterização da Filosofia e sua compreensão na Antropologia que não farei por motivo de espaço.

A palavra Cultura significa cultivar, é derivada do latim *colere*, e carrega em si um complexo que inclui; sistema de ideias, conhecimentos, técnicas e artefatos, padrões de comportamento e atitudes que caracterizam uma determinada sociedade, adquiridos pelo homem não somente em família, como também por fazer parte desta sociedade (HOUAISS, 2009). Ao nos remetermos ao termo cultura na Língua Latina, devemos observar que entre os romanos, tinha o sentido de agricultura, pois eles se referiam ao cultivo da terra para a produção, e ainda hoje é conservado desta forma quando é referida a cultura do milho, a cultura do café, cultura da soja, etc.

Passamos então as definições de Cultura Escolar mais utilizadas pelo campo da educação, a partir dos trabalhos de Dominique Julia, André Chervel e Jean C. Forquin.

Em nosso entendimento Dominique Julia (2001) parece afirmar que a cultura escolar se interessa principalmente pela construção dos saberes escolares, enquanto, André Chervel (1990), traz a ênfase da análise voltada particularmente sobre as práticas escolares e Jean Claude Forquin (1992) como uma segunda cultura. Assim, destaco as ideias elencadas por André Chervel a respeito de Cultura Escolar, por acreditar que essas ideias se aproximam mais do objetivo desta pesquisa.

## ELEMENTOS DE ANÁLISE HISTÓRICA DA MATEMÁTICA ESCOLAR

O período que nossa pesquisa investiga inicia-se em 1890 findando em 1930, período esse conhecido como Primeira República. De acordo com estudo realizado, na História Brasileira, conforme o DECRETO Nº 1º, DE 15 DE NOVEMBRO DE 1889 que se lê em seu artigo 1º “- Fica proclamada provisoriamente e decretada como a forma de governo da Nação brasileira - a República Federativa.” Assinado por MARECHAL MANUEL DEODORO DA FONSECA Chefe do Governo Provisório. Destaca-se então que no dia 15 de novembro de 1889 é proclamada a república brasileira, concretizando assim a passagem de Brasil Império à Brasil República.

De acordo com Reis (2013), podemos considerar a primeira república como sendo o período que se coloca em questão o modelo educacional herdado do império, modelo este que privilegiava a educação das pessoas que possuíam melhores condições financeiras (elite). Nessas quatro décadas aqui analisadas, foram realizadas seis reformas federais na educação brasileira: 1890 Benjamin Constant; 1898 Amaro Cavalcanti; 1901 Epitácio Pessoa; 1911 Rivadávia Correia; 1915 Carlos Maximiliano e; 1925 João Luís Alves.<sup>8</sup>

A primeira reforma federal na educação brasileira, após a proclamação da república, foi em 1890 realizada por Benjamin Constant pelo decreto n.º 1075 de 22 de novembro de 1890. Nesse decreto, encontra-se em seu primeiro artigo o objetivo do ensino secundário da seguinte forma:

Proporcionar a mocidade brasileira a instrução secundária e fundamental, necessária e suficiente, assim para matrícula nos cursos superiores da República, como em geral para o bom desempenho dos deveres do cidadão na vida social. (Artigo 1º do Decreto n.º 1075 de 22 de novembro de 1890)

Esta mesma reforma estipula que o curso secundário deve ter sete anos de duração. Observa-se que dentre o conjunto de disciplinas, encontra-se a Matemática, disciplina esta que se encontra nos sete anos de estudo do ensino secundário. No Primeiro Ano está presente a Aritmética (estudo completo) e a Álgebra elementar (estudo completo); no Segundo Ano a Geometria preliminar, Trigonometria Retilínea e a Geometria Espacial; no Terceiro Ano a Geometria Geral

---

<sup>8</sup> Reformas encontradas no site <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/república>, acesso realizado em 13 de março de 2017.

e seu complemento algébrico, Cálculo Diferencial e Integral e Geometria Descritiva; do Quarto Ano ao Sétimo Ano, revisão de Cálculo Diferencial e Integral e Geometria.

A segunda reforma federal na educação brasileira foi em 1898, realizada por Amaro Cavalcanti pelo decreto n.º 2857 de 30 de março de 1898, cujo em seu primeiro artigo explicita o objetivo do ensino secundário da seguinte forma:

O Gymnasio Nacional tem por fim proporcionar á mocidade brasileira a instrucção secundaria e fundamental necessária e sufficiente não só para o bom desempenho dos deveres de cidadão, mas também para a matricula nos cursos de ensino superior e obtenção de gráo de cachareal e msciencias e lettras. (Artigo 1º do Decreto nº 2857 de 30 de março de 1898)

Conforme o decreto, o ensino secundário foi dividido em dois cursos simultâneos: de um lado o curso propedeutico ou realista ministrado em seis anos, e do outro, o curso clássico ou humanista. Observa-se a presença da disciplina de Matemática tanto no curso realista quanto no humanista. No primeiro e no Segundo Ano, a Aritmética; no Terceiro, Aritmética e Álgebra; no Quarto, Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria; no Quinto e Sexto, (no curso humanista também no Sétimo Ano), Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria e Cálculo e Geometria Descritiva. Em 1901, conforme decreto nº 3914 de 26 de janeiro é instituído uma nova reforma ao ensino secundário brasileiro proposta por Epitácio Pessoa. Nessa reforma, o artigo 1º coloca da seguinte forma a finalidade do ensino secundário brasileiro.

O Gymnasio Nacional tem por fim proporcionar a cultura intelectual necessária para a matricula nos cursos de ensino superior e para a obtenção de grau de bacharel em ciências e letras (Artigo 1º do Decreto nº 3914 de 26 de janeiro de 1901)

A duração do ensino secundário conforme esse decreto é de seis anos, dos quais, cinco deles estudavam Matemática. Este ensino era dividido da seguinte forma: Primeiro Ano estudo da Aritmética, Segundo Ano continuação da Aritmética e início do estudo da Álgebra, Terceiro Ano continuação do estudo da Álgebra e início do estudo da Geometria, Quarto Ano a continuação do estudo da Álgebra e da Geometria e o estudo de Trigonometria e no Sexto Ano estudo completo da Matemática.

A reforma de Rivadavia Correia ocorre a partir do decreto nº 8660 de 05 de abril de 1911 que em seu artigo 1º coloca como objetivo do ensino secundário como sendo:

Proporcionar uma cultura geral de caráter essencialmente pratico aplicável a todas as exigências da vida, e difundir o ensino das ciências e das letras, libertando-o da preocupação subalterna de curso de preparatório (artigo 1º do Decreto nº 8660 de 05 de abril de 1911)

A duração do ensino secundário conforme essa reforma é de seis anos. Quatro deles continha a disciplina de Matemática dividida da seguinte forma: Primeiro Ano o início do estudo de Aritmética, Segundo Ano a continuação do estudo da Aritmética e início do estudo da Álgebra, Terceiro Ano a continuação do estudo da Álgebra e início do estudo da Geometria, no Quarto Ano a continuação do estudo da Álgebra e da Geometria e o estudo da Trigonometria.

Em 1915 institui-se a reforma de Carlos Maximiliano através do decreto nº 11530 de 18 de março deste mesmo ano, Carlos Maximiliano coloca como objetivo do ensino secundário na reforma como sendo: “Ministrar aos estudantes sólida instrução fundamental, habilitando-os a prestar, em qualquer academia, rigoroso exame vestibular.” (Artigo 158 do Decreto nº 11530 de 18 de março de 1915)

Ainda conforme este decreto, a duração do ensino secundário passa a ser de cinco anos. Encontra-se inserida o estudo da Matemática em três deles, divididos da seguinte forma: Segundo Ano encontra-se a Aritmética, no Terceiro a Álgebra e a Geometria Plana, no Quarto Ano a Geometria Espacial e a Trigonometria Retilínea.

A reforma de João Luis Alves ocorreu mediante o decreto nº 16782-A de 13 de janeiro de 1925, que coloca como objetivo do ensino secundário como sendo: “(...) prolongamento do ensino primário, para fornecer a cultura média geral do país.” (Artigo 47 do Decreto nº 16782-A de 13 de janeiro de 1925)

A duração do curso secundário conforme esta reforma é de seis anos, cujo ensino da Matemática era contemplado em quatro anos, distribuídos da seguinte forma: Primeiro Ano a Aritmética; no Segundo Ano a continuação da Aritmética; Terceiro Ano a Álgebra e no Quarto Ano: Geometria e Trigonometria.

Observa-se então, no texto descrito, a presença de seis reformas compreendidas entre 1890 e 1930. Debruçando nossa análise aos objetivos



enunciados nas reformas, fica evidente, seis objetivos. Ao observarmos cada um deles, destacamos algumas peculiaridades. A primeira delas, o termo “Proporcionar a mocidade brasileira” encontrada na reforma de 1890 e 1898, notemos que este objetivo, naquele momento, não condiz com a realidade, uma vez que, neste período havia apenas uma instituição pública de ensino secundário no território brasileiro denominado como Colégio Pedro II, logo como seria possível proporcionar a mocidade brasileira, uma vez que, havia a possibilidade de tal ação à uma ínfima proporção da mocidade brasileira. Como pode ser observado, nas demais reformas não fica explícito tal termo.

Um outro ponto que podemos observar seria a expressão “[...] o bom desempenho dos deveres do cidadão na vida social [...]” na reforma de 1890, no entanto, na reforma de 1898 a expressão aparece da seguinte forma: “[...] bom desempenho dos deveres de cidadão [...]”, pode-se observar nestes trechos a preocupação em formar uma juventude cada vez mais preparada para gozar dos direitos tanto civis quanto políticos garantidos pela sociedade, e por outro lado, desempenhar de forma satisfatória os deveres a ela atribuída. Já em 1911 temos a expressão “[...] uma cultura geral de caráter essencialmente prático aplicável a todas as exigências da vida [...]”, na reforma de 1925 proposta por João Luiz Alves, encontramos a seguinte expressão “[...] para fornecer a cultura média geral do país [...]”. Em nosso entendimento, acreditamos que ao explicitar o termo “aplicável a todas as exigências da vida”, o objetivo inclui a palavra “todo” que em nosso entendimento nos remete a uma formação também cidadã, assim como, na reforma de 1925 quanto se lê “fornecer a cultura média”, em outras palavras acreditamos que se trata de uma cultura que terá que passar por uma formação cidadã. Assim, inferimos que tanto na reforma de 1911 assim com na reforma de 1925, mesmo não parecendo o termo formação cidadã, as reformas vão ao encontro de uma formação também direcionada a esta característica formativa. Ainda nesta mesma vertente, nota-se a ausência de menção explícita referente a formação cidadã na reforma de 1901 de Epitácio Pessoa e 1915 de Carlos Maximiliano, implicitamente observamos também a ausência desta menção.

Um outro ponto que nos chamou a atenção foi o termo “[...] matricula nos cursos superiores [...]” que pode ser observado nas três primeiras reformas por nós mencionadas, são elas: 1890 de Benjamin Constant, 1898 de Amaro Cavalcanti e

1901 de Epiácio Pessoa que enfatizavam o poder atribuído ao ensino secundário ministrado no Gymnasio Nacional, uma vez que ao finalizar o aluno poderia realizar sua matrícula nos cursos superiores. Ou seja, todo aluno aprovado no ensino secundário ministrado no Gymnasio Nacional, ou colégios equiparados, tinham sua matrícula garantida em qualquer estabelecimento superior da federação.

Na reforma de 1915 de Carlos Maximiliano torna-se mais evidente a mudança de que naquele momento haveria provas para ingresso no ensino superior, fosse aos alunos oriundos do colégio Pedro II ou não. Isso pode ser observado no trecho do objetivo que diz “[...] habilitando-os a prestar, em qualquer academia, rigoroso exame vestibular.”.

Por fim, em nossa análise destacamos a reforma de 1925 de João Luiz Alves como sendo a única que em seu objetivo explicita o ensino secundário como sendo uma continuidade do ensino primário. Não estamos tentando enulcar ao leitor que as outras reformas não tinham como objetivo dar continuidade ao ensino primário, mas estamos apenas explicitando que a única que propôs explicitamente tal fato foi a reforma de João Luiz Alves.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pode-se observar que no período em que propomos nosso estudo, foram realizadas seis reformas educacionais no ensino secundário brasileiro. Ficou evidente as mudanças ocorridas no decorrer da educação secundária, em certo período com objetivo voltado a uma preparação aos estudos posteriores, de um lado com acesso direto e do outro como preparação para prestar exames admissionais ao ingresso no ensino superior. Em outros momentos voltado a educação profissional com intuito de um preparo essencialmente prático. Em outro momento, uma preparação para plena participação na sociedade, ou seja, tornar a mocidade cada vez mais preparada para gozar dos direitos tanto civis quanto políticos garantidos pela sociedade, e por outro lado, desempenhar de forma satisfatória os deveres a ela atribuída.

Além dos diferentes objetivos descritos ao ensino secundário brasileiro, observamos que na reforma de 1898, o ensino secundário foi dividido em dois cursos simultâneos: de um lado o curso propedeutico ou realista ministrado em 6 anos e do outro o curso clássico ou humanista. Nesse momento, deixamos ao

caríssimo leitor a indicação do Decreto nº 2857 de 30 de março de 1898 promulgado por Amaro Cavalcanti para que o mesmo possa observar tal divisão no ensino secundário, afim de, ter suas conclusões, a partir de sua própria análise, das diferenças entre os dois cursos.

Diante destas reformas, foi possível indentificar a presença da Disciplina Escolar de Matemática em todas elas. Isso nos remete a dizer o quanto a sociedade da época dava importância a esta disciplina. No entanto, se levarmos em consideração somente os anos de seu aparecimento fica explícito que há um perda no decorrer do tempo. Isso pode ser observado da seguinte forma: na reforma de 1890, a disciplina era estudada em todos anos do curso, no entanto, nas reformas de 1898 e 1901 em um dos anos não havia a presença da Disciplina Escolar de Matemática. Nas reformas de 1911, 1915 e 1925 em dois dos anos de estudo não havia a presença desta disciplina. Em nosso entendimento, no decorrer do tempo, a Matemática aparenta ter perdido espaço no ambiente escolar, fator que caberia um nova pesquisa na itenção de desvelar este movimento.

## REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc L. B.. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. *A história cultural: entre práticas e representações*. Áges-Portugal: DIFEL, Difusão Editorial Ltda, 2002.

CHERVEL, A. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. Porto Alegre: Teoria e Educação, n. 2, p. 177-229, 1990.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro Objetiva, 2009. 1986 p.

JULIA, D. *A cultura escolar como objeto histórico*. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

LE GOFF, Jacques. *A visão dos outros: um medievalista diante do presente*. In: CHAUVEAU, Agnès. *Questões para a história do presente*. Bauru-SP: Edusc, 1999

\_\_\_\_\_. *História e memória*. 5 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

REIS, E. S. *O estudo de sistemas de equações do 1º grau em livros didáticos utilizados em escolas brasileiras*. 1.ed. SP: Novas Edições Acadêmicas, 2013. v. 1. 128p .

VALENTE, W.R. *Uma história da Matemática Escolar no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1999.

VALENTE, W.R. Considerações sobre a Matemática Escolar numa Abordagem Histórica. In: *Cadernos de História da Educação*. nº. 3. Minas Gerais – MG, 2004.

Decreto n.º 1º de 15 de Novembro de 1889.<sup>9</sup>  
Decreto n.º 1075 de 22 de novembro de 1890.  
Decreto n.º 2857 de 30 de março de 1898.  
Decreto n.º 3914 de 26 de janeiro de 1901.  
Decreto n.º 8660 de 05 de abril de 1911.  
Decreto n.º 11530 de 18 de março de 1915.  
Decreto n.º 16782-A de 13 de janeiro de 1925.

---

<sup>9</sup> Decretos encontradas no site <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/republica>, acesso realizado em 13 de março de 2009.